

DISCUTINDO O RACISMO ESTRUTURAL: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA NO CONTEXTO DO PIBID EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE PETROLINA-PE¹

William Ferreira Guerra ²
Edmilson Gomes da Silva ³
Emerson Barbosa Lopes ⁴
José Hermógenes Moura da Costa ⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o racismo estrutural nas aulas de Sociologia com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, a partir da experiência vivenciada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em uma escola da rede pública no município de Petrolina-PE. A proposta surge da necessidade de fomentar reflexões críticas sobre as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira e suas repercussões nos espaços escolares. Diante deste cenário, as questões que nortearam a pesquisa foram: de que forma a abordagem do racismo estrutural nas aulas de Sociologia impacta a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio? Qual o papel do PIBID na construção de práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia? Como as experiências do PIBID em Sociologia favorecem o debate sobre desigualdades étnico-raciais no contexto escolar? Para tanto, a pesquisa adota um procedimento metodológico qualitativo, de caráter descritivo e interpretativo, fundamentada na experiência do PIBID e em levantamento bibliográfico com base em autores como Djamila Ribeiro (2019), Munanga (2005) e Silvio de Almeida, cuja obra oferece suporte teórico sobre o conceito de racismo estrutural. Esta experiência evidenciou que a escola, enquanto espaço de formação cidadã, não está isenta da reprodução de práticas discriminatórias; ao contrário, pode ser tanto um lugar de perpetuação quanto de enfrentamento do racismo. Nesse sentido, imputa-se a importância de abordar o racismo estrutural de maneira crítica e com intencionalidade pedagógica no contexto escolar. Assim, as atividades realizadas com estudantes do 2º ano do Ensino Médio demonstraram o potencial da escola como espaço de resistência, formação cidadã e superação de preconceitos historicamente naturalizados.

Palavras-chave: Racismo Estrutural, Sociologia, Ensino Médio, PIBID.

1 Graduando do Curso de Lic. em Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, wforr7@gmail.com;

2 Graduando do Curso de Lic. em Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, emerson.lopes@discente.univasf.edu.br;

3 Mestre do Curso de Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Supervisor do PIBID Sociologia no Colégio da Polícia Militar de Petrolina (CPM-PE), professoredmilsongomes@gmail.com;

4 Professor orientador: Doutor em Sociologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, hermogenes.moura@univasf.edu.br.

5 O presente trabalho foi realizado dentro do Subprojeto PIBID Sociologia da UNIVASF, edição 2024-2026, com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



INTRODUÇÃO

A proposição de atividades no chão da escola, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), tem proporcionado experiências significativas, especialmente no que se refere às discussões étnico-raciais, contribuindo para potencializar o ensino de Sociologia no Ensino Médio. Para Garcez (2021, p.37), “Para tratar do racismo no Brasil, é preciso pensar o contexto histórico de formação do Brasil como nação, pautado por séculos de escravidão, pela exploração de riquezas e de dominação político-cultural de grupos oriundos da Europa”.

Diante da persistência das desigualdades étnico-raciais na sociedade brasileira e da urgência em promover uma educação antirracista comprometida com os direitos humanos, discutir o racismo estrutural no ambiente escolar torna-se uma necessidade pedagógica e ética. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar como a abordagem do racismo estrutural nas aulas de Sociologia, com estudantes do 2º ano do Ensino Médio, pode contribuir para a formação crítica e cidadã dos discentes. A pesquisa parte da experiência vivenciada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvido em uma escola pública do município de Petrolina-PE.

A proposta emerge do compromisso com uma educação antirracista, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, e reconhece o papel fundamental da universidade na formação de professores conscientes, críticos e socialmente engajados. Por meio do PIBID, futuros docentes têm a oportunidade de construir práticas pedagógicas que articulam teoria e prática, inserindo no currículo escolar debates estruturantes sobre justiça social, identidade, diversidade e enfrentamento ao racismo. Diante deste cenário, as questões que orientaram o estudo foram: de que forma a abordagem do racismo estrutural nas aulas de Sociologia impacta a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio? Qual o papel do PIBID na construção de práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia? Como as experiências vivenciadas no PIBID podem favorecer o debate sobre desigualdades étnico-raciais no contexto escolar?

A experiência do PIBID nesse contexto demonstra potencial significativo da articulação entre universidade e educação básica na promoção de discussões cruciais sobre as desigualdades étnico-raciais. A proposição de atividades que abordam o racismo estrutural no ensino de Sociologia sinaliza um caminho promissor para a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio, fomentando a reflexão sobre as raízes históricas e sociais das injustiças





raciais e a construção de uma consciência cidadã engajada na luta por uma sociedade sem preconceito e discriminação racial.

Dessa forma, para compreender mais detalhadamente o processo de desenvolvimento e os resultados dessa experiência pedagógica no âmbito do PIBID, a próxima seção apresentará os caminhos metodológicos que orientaram a coleta e a análise dos dados desta pesquisa. Serão explicitados os instrumentos utilizados, os sujeitos envolvidos e os procedimentos adotados para responder às questões norteadoras deste estudo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública do município de Petrolina-PE, com uma turma do 2º ano do Ensino Médio, por meio de atividades desenvolvidas durante o mês de março de 2025. De acordo com Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta quando o preconceito e a discriminação racial estão enraizados na organização social, favorecendo determinadas raças ou etnias em detrimento de outras. Nesse contexto, o conceito de racismo estrutural serviu como base teórica para uma ação-reflexão na práxis educativa, contribuindo de forma significativa para o processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Sociologia.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, uma vez que busca compreender, por meio da experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), como as práticas pedagógicas voltadas para a discussão do racismo estrutural impactam a formação crítica dos estudantes do Ensino Médio. A escolha por essa abordagem justifica-se pela natureza do problema investigado, que envolve aspectos subjetivos, sociais e educacionais relacionados à percepção dos discentes sobre as desigualdades étnico-raciais.

Além disso, a pesquisa fundamenta-se em uma base teórica crítica composta por autoras e autores que contribuem significativamente para o debate sobre relações étnico-raciais e educação. Entre eles, destacam-se Ângela Davis (1981), cuja obra denuncia as intersecções entre racismo, sexismo e opressão institucional; Nilma Lino Gomes (2017), que enfatiza a importância de práticas pedagógicas antirracistas e da valorização das identidades negras no ambiente escolar; e Djamila Ribeiro (2019), que discute o lugar de fala e o enfrentamento ao racismo estrutural na sociedade brasileira. A esses referenciais soma-se a contribuição central do filósofo Silvio de Almeida (2019), cuja obra serviu como eixo norteador da reflexão sobre o racismo estrutural, possibilitando uma análise aprofundada das



formas pelas quais a discriminação racial é sistematicamente reproduzida no tecido social e nas instituições escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

Racismo Estrutural e Educação para as Relações Étnico-Raciais

A persistência das desigualdades étnico-raciais no Brasil, historicamente encobertas pelo mito da "democracia racial" (FERNANDES, 1965), impõe à educação o desafio de desconstruir narrativas que naturalizam a exclusão e o preconceito. Para isso, é necessário compreender o racismo em sua dimensão estrutural, como destaca Almeida (2019), ao afirmar que o racismo constitui a própria base da organização social brasileira. Esse tipo de racismo não se restringe a comportamentos individuais, mas está profundamente enraizado nas instituições que moldam a sociedade — como a escola, o sistema político, a economia e o aparato jurídico —, reproduzindo, de forma sistemática, desigualdades e hierarquias raciais.

Nesse cenário, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, prevista na legislação educacional brasileira, especialmente nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, surge como instrumento fundamental para promover o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade étnico-racial. A escola, enquanto espaço privilegiado de formação cidadã, deve assumir o compromisso de problematizar o racismo em suas múltiplas expressões, fomentando práticas pedagógicas antirracistas que possibilitem aos estudantes uma leitura crítica da realidade e o reconhecimento da contribuição histórica e cultural dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na construção do país.

Sob essa perspectiva, Almeida (2019, p. 34) enfatiza que vivemos em uma sociedade cuja estrutura é, por si só, racista — uma realidade que representa a norma e não uma exceção pontual. Compreender o racismo como estrutural possibilita aos estudantes uma análise mais crítica e profunda das desigualdades sociais, incentivando o questionamento das narrativas hegemônicas e a identificação das raízes históricas e institucionais desse problema. Nesse sentido, a Sociologia, por meio de suas ferramentas teóricas e metodológicas, revela-se um campo essencial para investigar como as estruturas raciais moldam a organização da sociedade, sustentando privilégios e reproduzindo exclusões.

Segundo Kabengele Munanga (2005), a identidade é um conceito dinâmico e plural, construído a partir das relações sociais, culturais e históricas nas quais o indivíduo está inserido. O historiador afirma que “ninguém nasce com uma identidade pronta e acabada; ela se constroi no cotidiano, nas interações com o outro e com o meio”. Nesse sentido, refletir





sobre identidade e diversidade é reconhecer que os sujeitos não são iguais, mas possuem histórias, valores e experiências distintas que precisam ser valorizadas e respeitadas, sobretudo em espaços educativos. Para Munanga (2005), a escola tem um papel central na valorização da diversidade e no combate ao racismo, pois é nesse espaço que se pode promover o reconhecimento positivo das identidades étnico-raciais e a desconstrução de estigmas e preconceitos historicamente construídos.

Nesse sentido, Davis (2016) nos alerta para a necessidade de compreendermos as relações entre raça, gênero e classe, demonstrando como essas categorias se articulam na produção e reprodução das desigualdades. Compreender essas relações é fundamental para desvelar as múltiplas formas de opressão que estruturam a sociedade brasileira. É através do conceito de interseccionalidade, que Davis pode nos ajudar a entender como o racismo se manifesta de maneiras distintas para diferentes grupos, considerando outras categorias sociais. Sua obra também aborda a resistência das comunidades marginalizadas, o que pode inspirar os estudantes a pensarem em formas de ação e transformação social.

Para pensarmos a educação e as relações étnico-raciais no Brasil, Gomes (2017) discute questões como a identidade negra, o currículo escolar, as políticas de ação afirmativa e a importância da cultura afro-brasileira na formação dos estudantes. A autora enfatiza a importância de uma educação que reconheça e valorize as diversas experiências e saberes, contribuindo para a construção de sujeitos mais críticos e engajados na luta por igualdade racial. Também aborda a necessidade de um currículo que contemple a história e a cultura afro-brasileira e africana, promovendo o reconhecimento e o respeito à diversidade étnico-racial.

Com base nas reflexões teóricas apresentadas, fica evidente a ligação entre o racismo estrutural e a formação das identidades, bem como a urgência de uma educação que promova o reconhecimento da diversidade junto ao combate às desigualdades étnico-raciais. Essa análise nos oferece uma fundamentação teórica bastante sólida para compreendermos a complexidade do racismo na sociedade brasileira e a importância de abordá-lo de forma crítica no ambiente escolar. Nesse contexto, o papel da Sociologia no Ensino Médio se mostra crucial no processo de instrumentalização dos estudantes na desconstrução de narrativas que desfavorecem a luta antirracista.

Dessa forma, munidos desse referencial teórico, a próxima seção direciona o olhar para o campo prático, buscando investigar como as experiências pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em Sociologia têm contribuído para a construção de práticas antirracistas no contexto do Ensino





Médio. Ao analisar as ações implementadas e os desafios encontrados, buscaremos compreender de que maneira o PIBID tem favorecido o debate sobre as desigualdades étnico-raciais no cotidiano do chão da escola e o seu impacto na formação dos futuros professores de Sociologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atitudes, práticas e percepções racistas que permeiam a sociedade e o imaginário brasileiro ainda hoje, são frutos de um sistema cuja estrutura é racista. Nesse sentido, compreender o racismo enquanto estrutural e que firma seus tentáculos nas diversas instituições do corpo social, a escola - que também pode reproduzir o racismo - se faz uma instituição cujo espaço é fundamental para a reflexão, afronte e desconstrução de tais percepções e comportamentos. Diante disso, as discussões na prática pibidiana com os alunos da referida escola-campo através de rodas de conversas sobre os livros “Pequeno Manual Antirracista”⁶, “Racismo Estrutural”⁷ e “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”⁸, nos possibilitou discutir e refletir sobre as diversas manifestações do racismo na sociedade brasileira, assim como compreender quais as percepções dos alunos quanto às manifestações racistas e suas relações com, por exemplo, as desigualdades sociais, violência policial, acesso a direitos e ocupação de espaços de poder por pessoas negras.

Quando posta em debate a questão “o que é racismo?”, a maioria dos alunos compreendem racismo como fazer um xingamento ou piada com o colega, falar do seu cabelo ou sempre traçar uma relação direta com o processo de escravização no Brasil.

[...] falas e ofensas estão enraizadas no inconsciente da população brasileira, o racismo ainda está presente em quase todos os setores da sociedade, não somente de forma individual, mas também a nível institucional, no ambiente escolar as próprias vítimas desse preconceito reproduzem no cotidiano expressões e atitudes racistas, ações como apelidos pejorativos com a cor do colega e brincadeiras com assuntos sérios como o racismo [...] gera comentários preconceituosos e discriminatórios. (CAMPOS, p. 1 e 2).

É evidente que para boa parte dos alunos o racismo só é perceptível quando ele se manifesta de forma explícita, nas falas preconceituosas ou através de atitudes claras de exclusão e/ou violência direcionada. Assim, nas rodas de conversas sobre os referidos livros e outras discussões que envolvem o tema, procuramos ampliar a compreensão do que é racismo

6 Djamila Ribeiro

7 Silvio Almeida

8 Carolina Maria de Jesus





ao trazer a conceituação que Djamila Ribeiro delineia no “Pequeno Manual Antirracista”: o racismo enquanto um sistema de opressão. Nessa perspectiva, discutimos com os alunos que o racismo está diretamente relacionado a um processo de hierarquização, de desumanização, de desigualdades, de negação de direitos e acesso a espaços e posições representativas fundamentais numa democracia. Foi neste ponto que cruzamos dados do censo populacional (IBGE, 2022) e as eleições para deputados de 2022. Embora a população de negros no Brasil seja de mais de 55%, o número de deputados eleitos foi de um percentual de 72% do total do número de vagas na Câmara dos Deputados (SOUZA, 2022), isto é, 370 deputados de 513.

Enquanto pibidianos da área de sociologia são levantadas questões nas rodas de conversas sobre a desconstrução e desnaturalização de fenômenos sociais que são comumente tidos como naturais. Assim, para Djamila Ribeiro (2019, p. 17) embora a maioria dos espaços de poder, por exemplo, sejam ocupados historicamente por homens brancos, esta não é uma questão natural, não é um lugar natural dos homens brancos - foram lugares construídos a partir de processos de escravização que excluíram e subjugaram a população negra. O olhar de naturalidade e de observações mais apurada e questionadora dos alunos diante dos fenômenos sociais construídos social e historicamente, é perceptível nas seguintes questões: “mas todos não têm as mesmas oportunidades!?” e o “o quilombolo é o lugar de negro fugitivo”. São questões que refletem um pouco da estrutura racista que se faz tanto dentro das instituições quanto nas consciências e no imaginário dos agentes que ocupam tais instituições.

Devido ao fato do racismo está enraizado na sociedade e nas diversas relações, a sua desconstrução ainda se mostra como um grande desafio no processo de ensino e aprendizagem, na vida cotidiana, na desconstrução e no entendimento mais profundo de questões históricas - como compreender que a história do negro não começa na escravização. Mas diante disso, a atividade pibidiana em uma escola campo inserida num município que concentra 70% de sua população autodeclarada negra (IBGE, 2022), se mostra promissora, tendo em vista que esta edição do PIBID 2024/2026 tem como foco a contextualização do saber de acordo com a realidade do alunado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de Sociologia, evidenciou a relevância de se discutir o racismo estrutural de forma crítica e sistemática no chão da escola. As atividades desenvolvidas com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio demonstraram que a escola pode





e deve ser um espaço de resistência, formação cidadã e desconstrução de preconceitos historicamente enraizados.

Ao abordar o racismo como uma estrutura que atravessa as instituições sociais, foi possível despertar nos estudantes reflexões significativas acerca de sua realidade, estimulando a construção de uma consciência crítica e o protagonismo juvenil na luta por equidade. Além disso, a vivência no PIBID contribuiu para a formação inicial docente ao promover o exercício da práxis pedagógica em diálogo com autores e experiências que fortalecem o compromisso com uma educação antirracista.

Conclui-se, portanto, que a inserção de temáticas étnico-raciais no currículo de Sociologia não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também reafirma o papel da escola como agente transformador da sociedade. O enfrentamento ao racismo estrutural exige intencionalidade pedagógica, compromisso político e sensibilidade ética, dimensões que a formação docente crítica, como proposta pelo PIBID, pode ajudar a construir e consolidar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), pela concessão da bolsa que nos possibilitou a experiência e produção científica dentro do PIBID Sociologia da UNIVASF.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

CAMPOS, C. S. Questões étnico-raciais no contexto escolar: uma análise dentro do ensino médio. **Anais do Encontro Nacional de Ensino de Geografia**, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.





GARCEZ, Simone Almeida. **Narrativas do racismo estrutural no Brasil contemporâneo**. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a igualdade racial: reflexões e ações pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen Livros, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

SOUZA, M. **O número de deputados pretos e pardos aumentou 8,94%, mas é menor que o esperado**. Câmara dos Deputados Notícias: 2022. Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/911743-numero-de-deputados-pretos-e-pardos-aumentou-894-mas-e-menor-que-o-esperado/> > Acesso em: 23 de maio de 2025.

IBGE. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

